

- Articular os Pontos de Cultura do Programa MAIS CULTURA do Ministério da Cultura, efetivando-os como espaços para pleno exercício das atividades culturais da juventude;
- Assegurar e garantir o cumprimento da lei da meia entrada aos estudantes mediante a apresentação da identidade estudantil em cinemas, teatros, estádios, ginásios, circos, casas de espetáculos, casas de show, boite e qualquer evento que cobre entrada e esteja promovendo atividade cultural, esportiva e/ou lazer, punindo com multas ou realizações de eventos equivalentes aos descumpridores da Lei;
- Criação de leis para divulgação da cultura local e criação de conselhos estaduais e municipais de cultura;
- Realização de cursos de capacitação para elaboração de projetos culturais para entidades culturais e de juventude da sociedade civil.

#### 2.4.2 Desenvolvimento tecnológico e comunicação

##### DIAGNÓSTICO

Vivemos uma época de profunda transformação nos processos produtivos e na oferta de serviços, marcada pela utilização de novas tecnologias, pelo acesso à rede mundial de computadores, pela educação à distância, pela mecanização e informatização, substituindo o trabalho humano.

Paulo Itacarambi (2004) afirma que a *inclusão digital não pode limitar-se ao acesso ao computador. Ela precisa constituir-se como um processo consciente de apropriação de tecnologia, que torne o indivíduo autônomo, capaz de decidir criticamente a melhor maneira de utilizá-la. Educação e habilidade no uso das tecnologias asseguram o direito de se comunicar e de expressar suas idéias, de trocar e obter informações, inclusive dos poderes governamentais.*

##### OBJETIVOS E METAS

1. Garantir a inclusão digital, instalando computadores nas escolas públicas de ensino fundamental e médio e nas instituições de ensino superior, conectando-os à Rede Mundial de Computadores;
2. Fomentar o desenvolvimento de uma cultura científica, nas escolas, mediante a reformulação do ensino das ciências na educação básica;
3. Instalar laboratórios de informática nos centros comunitários;
4. Criar um portal com informações relacionadas com o conteúdo curricular das disciplinas do ensino básico e da educação superior que servirão como referência de pesquisa para os jovens e seus professores;
5. Apoiar as iniciativas que utilizam softwares livres.

##### AÇÕES

- Instituir na rede pública de ensino cursos de programação e manutenção de computadores visando a profissionalização, empregabilidade e geração de renda para a juventude;
- Ampliar oportunidades de capacitação e qualificação de professores e jovens para a produção de projetos de comunicação e de inclusão digital, com inclusão dos jovens da periferia e de suas respectivas comunidades escolares, visando à produção, exibição e distribuição por esses jovens. Esses espaços serão administrados pelos jovens e os produtos audiovisuais e outros (jornal) deverão ser exibidos nos principais canais de TV e na comunidade onde foi produzido;
- Criar, apoiar, legalizar e instalar as TVs, rádios comunitárias e rádios livres nas escolas públicas e UESPI.

#### 2.5 EQUIDADE DE OPORTUNIDADES PARA JOVENS EM CONDIÇÕES DE EXCLUSÃO

A situação de exclusão social dos jovens pode ser dimensionada também pelo alto grau de prática de atos infracionais verificada entre eles. Dos 21,2 milhões de adolescentes entre doze e dezoito anos, "cerca de 30,7 mil cumprem medidas socioeducativas por terem cometido delitos. Cerca de 10 mil encontram-se internados em instituições penais para menores de idade (Jornal do Brasil, 13/07/2002, p. A2. Reportagem Luciana Navarro). Técnicos do Ministério da Justiça estimam que os presos entre dezoito e vinte e cinco anos são cerca de 60% da população carcerária no Brasil. Assim, somados os adolescentes internados em instituições de correção ou submetidos a outras punições no País chega a 143 mil pessoas (Jornal "O Globo", 02/09/2001)."

Esses dados, somados aos índices de morte por causas externas, oferecem uma amostra de que o quadro da exclusão no Brasil está muito presente em uma faixa etária, a jovem.

##### 2.5.1 Jovem afrodescendente

##### DIAGNÓSTICO

Ao longo dos anos, a sociedade piauiense acostumou-se a conviver com a precariedade das condições de vida de grande parte de sua população, especialmente, os considerados pretos e pardos. No cotidiano destes segmentos sociais, o preconceito e o racismo fortalecem as estatísticas das desigualdades sociais. Assim, políticas públicas que contemplem as especificidades da população negra devem promover, sobretudo, o combate a discriminação racial. Mais que uma necessidade, Estado e sociedade devem assumir ações afirmativas como instrumento de equidade social.

Contudo, o reconhecimento das diferenças não nos remete a visões da sociedade que limita as especificidades, associando, por exemplo, a garantia de direitos e cidadania a segmentos historicamente excluídos pelo não acesso ao mundo do trabalho e renda, estando, portanto, condenados ao desemprego e pobreza. Assim, outro princípio norteador da política social implementada é a ruptura com práticas assistencialistas e compensatórias aos considerados pobres.

##### AÇÕES

1. Capacitar a comunidade escolar para responder os formulários do quesito *cor/raça* nas escolas públicas e privadas;
2. Garantir cotas para vestibular/exames classificatórios nas escolas técnicas e UESPI respeitando o percentual de números de negros em nosso estado de acordo com dados do IBGE;
3. Estimular, por meio de incentivos fiscais, as empresas privadas a adotarem programas de promoção da igualdade racial e diversidade étnico-racial como critério de contratação e promoção de funcionários/as;
4. Fomentar o mapeamento e o tombamento dos terreiros de religiões de matriz africana e indígena como espaços potenciais de resistência e preservação do patrimônio histórico.

##### 2.5.2 Jovem rural

##### DIAGNÓSTICO

A concentração de terra e de renda, a supervalorização do agronegócio em detrimento da agricultura familiar, desencadeando o êxodo rural que ameaça a continuidade da agricultura familiar.

Cerca de 308 mil, ou seja, 36,36% da juventude piauiense vive na zona rural (IBGE, 2007) e é tocada diretamente por todas as dificuldades relacionadas a esse ambiente. Há necessidade de maior investimento no campo, de reconhecimento da importância do trabalho agrário e a construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável.

##### OBJETIVOS E METAS

1. Garantir ao jovem agricultor o direito a terra;
2. Investir em infra-estrutura e tecnologia nas escolas rurais, com o intuito de diminuir o êxodo rural;
3. Propiciar o acesso aos cursos de educação à distância;
4. Implantar programas de estímulo a agroecologia e a produção orgânica;
5. Valorizar a agricultura familiar, tendo em vista, que esse é o principal agente gerador de alimentos, de emprego e de renda no campo;
6. Buscar capacitar à juventude rural em organização da produção;
7. Realizar cursos para produção e comercialização destinados aos jovens;
8. Implantar projetos agrícolas, principalmente a fruticultura, no meio agropecuário e nas regiões subdesenvolvidas;
9. Combate ao trabalho escravo e ao aliciamento e "exportação" de mão-de-obra escrava.

##### AÇÕES

- Realizar a Reforma Agrária;
- Disseminar programas de capacitação e formação profissional na área rural;
- Construir escolas técnicas agrícolas estaduais, para a juventude, nas zonas rurais;
- Dar agilidade ao processo de desapropriação de terras onde sejam encontradas evidências de trabalho escravo e cultivo de psicotrópicos como assegura a Constituição;
- Garantia de políticas públicas integradas que promovam a geração de trabalho e renda para o jovem e a jovem do campo, com participação da juventude na sua elaboração e gestão, assegurando o acesso à terra, à capacitação e ao desenvolvimento de tecnologia sustentável apropriada à agricultura familiar e camponesa, voltada para a mudança de matriz tecnológica. Transformar o PRONAF Jovem em uma linha de crédito para produção agrícola e não-agrícola;
- Efetivar a educação do e no campo, pública, gratuita e de qualidade, implementando as diretrizes operacionais da educação do campo, garantindo infra-estrutura e mudança curricular que contemple a diversidade regional, atendendo todos os níveis (básico, profissionalizante e superior), em especial investindo no fim do analfabetismo no meio rural. Que o Estado assumam os custos dos centros familiares de formação por alternância e outras iniciativas de educação do campo, da sociedade civil sem fins lucrativos, voltadas para a juventude da agricultura familiar e camponesa.

##### 2.5.3 Jovem portador de deficiência

##### DIAGNÓSTICO

As pessoas portadoras de deficiência seja auditiva, visual, motora ou mental, são um retrato da dificuldade da sociedade brasileira em traduzir leis em exercício pleno de direitos. São cerca de vinte e quatro milhões de cidadãos esperando por políticas públicas capazes de resgatá-los da pobreza e do abandono.

As escolas públicas, de forma geral, estão despreparadas tanto para concretizar a educação inclusiva e receber os portadores de deficiência em turmas regulares, como para acolher os que não prescindem de classes especializadas.

##### OBJETIVOS E METAS

1. Garantir renda aos jovens portadores de deficiência;
2. Disponibilizar assistência médica especializada para promoção do desenvolvimento de suas capacidades;
3. Garantir a acessibilidade aos prédios e locais públicos;
4. Criar programas de apoio à família dos jovens portadores de deficiência, especialmente aos que cumprem a tarefa de ajudá-los a deslocar-se para cursos, tratamento e trabalho, que despendem tempo e recursos, muitas vezes inexistentes.

##### AÇÕES

- Promover cursos de educação profissional de nível básico em espaços públicos e privados, respeitando a inclusão de trinta por cento jovens portadores de deficiência;
- Garantir a presença de intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) nas atividades do Estado e nas TV's públicas do Estado;
- Construir redes de informação para integrar os jovens portadores de deficiência para participarem das discussões e construção das políticas públicas.

##### 2.5.4 Jovem homossexual

##### DIAGNÓSTICO

Em cada período histórico e em cada cultura cada um tem o seu jeito próprio de viver e expressar sua sexualidade.

A violência contra minorias sexuais compromete os princípios de cidadania e segundo o relato de Luiz Mott, em *Homotopia: a violação dos direitos humanos de gays, lésbicas e travestis no Brasil*, a cada três dias, pelo menos um gay, travesti ou lésbica é brutalmente assassinado no País. Além das inúmeras formas de violência contra indivíduos homossexuais no Brasil, ainda ocorrem os insultos verbais, a discriminação nas escolas, onde ocorre a expulsão de alunos quando se evidencia a sua homossexualidade. Trabalhadores perdem seus empregos por assumirem publicamente sua orientação sexual.

É preciso conscientizar a sociedade de que a Constituição Federal garante o direito de todos à dignidade e ao respeito de sua integridade física, moral e psicológica.

A Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transsexuais – GLBT realizada em Brasília/DF, nos dias 05 a 08 de junho de 2008 e considerada um marco na história da luta pela Cidadania e pelos Direitos Humanos da População GLBT, congregou cerca de 10 mil participantes – pôs em evidência sua importância como